

# EDITORIAL

O presente número afirma o projeto editorial da RBEUR de reunir e divulgar conjuntos de artigos que sejam representativos da diversidade de abordagens e correspondam aos interesses de pesquisa daqueles que fazem a ANPUR. Os temas tratam de problemáticas e desafios da sociedade em seus territórios, interpretados sob múltiplas dimensões de análise e relações escalares.

O sucesso da chamada temática “*Cidade, Espetacularização e os Grandes Projetos*” demonstrou a atualidade e relevância desse tema em nosso campo de estudos.

Os grandes projetos, com seu papel motor do desenvolvimento urbano, muitas vezes estão associados à realização de grandes eventos, como, recentemente no Brasil, a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Estão também associados às renovações urbanas, em particular de sítios históricos, áreas portuárias e industriais degradadas, como também ao desenvolvimento de novas fronteiras imobiliárias. Nesses projetos, utilizam-se de repertórios de urbanismo e arquitetura de grife, no sentido de sua espetacularização, resultando na promoção da cidade e no desenvolvimento de novas marcas identitárias.

Assim, o desenvolvimento urbano contemporâneo é marcado por símbolos associados à forma como a sociedade deve progredir. Aqui, a imagem que é produzida a partir da utilização de elementos culturais e da turistificação temática assume grande importância. Trata-se do (re)desenho de atributos urbanos por meio da realização de grandes projetos. Tal modelo tem se espalhado rapidamente e é agora amplamente adotado (e adaptado) em cidades de todo o mundo. O papel simbólico dos grandes projetos vem em suporte e em linha com princípios econômicos profundamente enraizados, relacionados à competição pela participação e acesso a investimentos globais, sejam estes no setor de produção ou de consumo de mercadorias e serviços, em particular voltados para investidores e consumidores solventes.

Hoje as cidades desempenham novo papel, não apenas como receptáculos de atividades econômicas mas na promoção das mesmas num ambiente internacional competitivo. O urbanismo e a arquitetura, nesse contexto, além de ajudarem na construção de novos significados para a cidade, articulam-se à produção do espaço construído, que requer expressivo montante de investimentos públicos e privados. Essa produção se refere a espaços públicos, governamentais, comerciais, corporativos, residenciais, culturais e/ou desportivos. Contudo, esse tipo de projeto, além de demandar consideráveis somas de recursos públicos, não é necessariamente inclusivo, já que o acesso às novas estruturas urbanas (museus, salas de concertos, arenas desportivas, centros de convenções e outros) é quase sempre regulado pelo mercado. Ou seja, esse novo modelo de desenvolvimento urbano envolve uma boa medida de privatização e mercantilização de espaços e serviços públicos, inclusive na forma de parcerias público-privadas. Conflitos de diversas ordens advêm da implantação de grandes projetos urbanos, pois seus efeitos têm sido a produção de espaços autosssegurados bem como o aprofundamento da desigualdade nas cidades.

O primeiro artigo do Dossiê Temático, *Urbanismo na cidade desigual: o Rio de Janeiro e os megaeventos*, de Pedro Novais, coloca no centro do debate o tema da desigualdade e o modo como é (des)considerado no urbanismo carioca. O autor identifica nas representações populares e científicas da cidade um *continuum* entre a coesão e a fragmentação, além de evidenciar seu papel na reprodução das relações sociais. Argumenta também que o urbanismo

que emergiu nos anos 1990 resultou em experiências inovadoras no plano teórico e conservadoras na dimensão política. O texto sugere a impossibilidade de tal urbanismo dar respostas às questões sociais, posto que o tema da desigualdade é inexistente ou aparece naturalizado.

O segundo artigo, *Produção da paisagem e grandes projetos de intervenção urbana: o caso do Porto Maravilha no Rio de Janeiro Olímpico*, de Leonardo Marques de Mesentier e Clarissa da Costa Moreira, traz ao debate o tema da paisagem e o lugar que ela ocupa nos grandes projetos urbanos. O artigo relaciona, de forma complexa, as intervenções na paisagem com os processos de valorização imobiliária e de gentrificação. Ao realizar uma leitura da transformação da paisagem, decorrente da grande operação urbana no Porto da Cidade do Rio de Janeiro no contexto da realização dos megaeventos esportivos, o trabalho discute suas inspirações bem como seus impactos sobre a área do porto, profundamente reimaginada.

O trabalho de Lutero Pröscholdt Almeida, terceiro artigo deste conjunto, intitula-se *Da Providência à Cidade do Espelho: arquitetura e urbanismo como máquinas de desejo da cidade*. Em diálogo com Gilles Deleuze, na forma de conto, aborda a questão do desejo nas cidades. A arquitetura surge como âncora principal da captura de desejos relacionados à urbe, em colaboração com um sistema de atores e relações que define e distribui recursos. A Cidade do Espelho, por meio do espetáculo, instrumental a essa seleção, emerge e se afirma como modelo de tal sistema.

O quarto artigo, *Políticas de renovação e regeneração urbana em Liverpool, Inglaterra: a construção de uma distopia urbana através de parcerias público-privadas*, de André Fontan Köhler, traz para o debate os projetos de renovação e regeneração urbana de Liverpool, Inglaterra, a partir dos anos 1980, inseridos num quadro no qual esse tipo de política assume crescente importância na agenda pública. O trabalho objetiva a compreensão da lógica e dos efeitos advindos desses projetos urbanos, que respondem ao (novo) papel do Estado, à reestruturação econômica e à ascensão de políticas macroeconômicas (neo)liberais. O autor avalia que os espaços espetaculares, criados sob a adoção desses princípios e orientações para a gestão urbana, conformam uma urbanidade distópica.

O artigo *O marketing urbano e a questão racial na era dos megaempreendimentos e eventos no Rio de Janeiro*, o quinto a compor esta coletânea, é de autoria de Denilson Araujo de Oliveira. Analisa políticas governamentais de intervenção urbana na cidade do Rio de Janeiro, implementadas a partir de projetos dos três níveis de governo, para identificar práticas racistas no *city marketing* da cidade. Sugere que a aparente “democracia racial”, imanente ao marketing urbano, serve mais à promoção da cidade no sentido de atrair visitantes e investimentos. A mestiçagem característica da população brasileira é despida de seus significados históricos e políticos e reinterpretada como mistificação do corpo mestiço, mulato, permissivo e cheio de significados sexuais. Na vida cotidiana da cidade, no entanto, o medo racial está presente na mídia e na ação do Estado, que promove o controle e a violência contra supostos contraventores, por meio de um ordenamento militarizado e da “limpeza” urbana. Remoções, políticas de segurança, proibições, privatizações do espaço público – agora com forte contribuição dos grandes projetos urbanos sob a batuta dos grandes eventos – promovem o embranquecimento e a segregação da população, entre outras coisas, em prol do mercado imobiliário.

O sexto artigo da coletânea, de Ricardo Alexandre Paiva, tem por título *O turismo e os ícones urbanos e arquitetônicos*. Discute o papel dos ícones como marcas que estimulam o consumo da cidade por meio do turismo e promovem a produtividade urbana. Relaciona a produção imagética que a arquitetura é capaz de gerar à espetacularização urbana, que, com toda sua carga simbólica, contamina o planejamento e a gestão das cidades.

Encerrando a seção temática, o artigo *Grandes projetos, grandes eventos, turistificação do território: da produção cultural à mercantilização e espetacularização da cidade e da cultura urbana* é de autoria de Milton Esteves Junior, Orlando Vinicius Rangel Nunes e Rafael de Melo Passos. Trata-se de uma crítica veemente aos modelos de planejamento urbano, voltados à espetacularização das cidades, por meio da cenarização e privatização dos acessos ao usufruto do patrimônio e da cultura – processo que os autores denominam de “patrimonialização do território”. Esse movimento tem fins econômicos e destitui o território de seus atributos públicos, distanciando os habitantes de seu meio, ao destruir ou alterar os valores simbólicos e afetivos dos lugares.

Quanto aos artigos do fluxo contínuo, o primeiro, de Helena Lucia Zagury Tourinho, *Tipologia urbana: sobre a derivação de um conceito da arquitetura do edifício para o urbanismo*, qualifica a importância, a utilidade e a necessidade da categoria tipologia para a apreensão da forma urbana no estágio atual de desenvolvimento do capitalismo e das cidades. Busca apontar para a necessidade de repensar o conceito de tipologia urbana, de modo a resgatar a visão de totalidade urbana sem perder de vista as diversidades e a complexidade do espaço intraurbano atual. Expõe como a análise de tipologias tem sido insuficiente para a compreensão e a classificação das cidades contemporâneas, posto que as reduzem a conjuntos de fragmentos desarticulados no espaço.

Em seguida, no trabalho *Uma nova pobreza urbana? A financeirização do consumo na periferia de São Paulo*, Kauê Lopes dos Santos discute como o capital financeiro tornou-se uma determinação essencial no estudo da pobreza nas cidades brasileiras e da transformação de seus espaços periféricos. Demonstra como a expansão da disponibilidade e do acesso ao crédito viabilizou a aquisição de bens mais sofisticados e promoveu profundas mudanças no padrão de consumo nas periferias. Já, ao mesmo tempo, seus habitantes continuam vivendo sob situação precária em bairros marcados pela falta de investimento em infraestruturas e serviços básicos.

No terceiro artigo do fluxo contínuo Paula Freire Santoro apresenta o texto *Perímetro urbano flexível, urbanização sob demanda e incompleta: o papel do Estado frente ao desafio do planejamento da expansão urbana*, investigando como as ações no território periurbano dos municípios paulistas (através de planos diretores; parcelamentos do solo etc.) têm interferido pouco, ao longo do tempo, no processo de urbanização das áreas de transição rural-urbana. Foram analisadas as tentativas de regulação em 100 municípios paulistas, através das normatizações elaboradas na década de 2000, revelando que esses instrumentos são cada vez mais flexíveis e híbridos, de modo a responder às diferentes demandas do mercado ou a enfrentar as restrições federais às novas tipologias de urbanização.

Renato Balbim e Cleandro Krause examinam em *Produção social da moradia: um olhar sobre o planejamento da Habitação de Interesse Social no Brasil* como essa forma de provisão habitacional é historicamente pouco reconhecida e incorporada pela política pública, com insuficientes estratégias que efetivassem o direito à moradia. Mais recentemente ganhou certo reconhecimento na agenda, entretanto a execução desses programas encontra sérias dificuldades operacionais e restrições de fundos. Os programas sucederam-se, passando o programa Minha Casa Minha Vida, ao fim e ao cabo, a concentrar a produção habitacional, inclusive na modalidade voltada às entidades privadas sem fins lucrativos (cooperativas e associações), com outras políticas específicas que foram formuladas, perdendo espaço naquela agenda.

No quinto e último artigo do fluxo contínuo, Tales Lobosco discute em *Direito Alternativo: a juridicidade nas favelas* como não se poderia afirmar que há ausência de regras e controles nesses espaços urbanos, visto que antes se verificam manifestações específicas desses mecanismos e dispositivos. Defende que as populações social e espacialmente segregadas aprenderam na vida cotidiana o significado de justiça e legalidade e que os direitos não dizem respeito apenas às ga-

rantias inscritas na lei e nas instituições, mas ao modo como as relações sociais se estruturaram em um ambiente de distanciamento frente às estruturas formais de controle. A condição de ilegalidade e informalidade estabelece a organização de estruturas próprias de controle e manutenção da ordem urbana, que, além de propiciar certa independência de gestão, mostraram-se muito mais adequadas a suas práticas urbanas concretas.

Na seção resenhas, temos primeiro a apresentação do livro *Cartografia social, terra e território*, organizado por Henri Acselrad, realizada por Carolina Ferreira da Fonseca. A obra é apresentada como condensadora do debate epistemológico, ontológico e metodológico no âmbito das Ciências Sociais, que apresenta os modos como a prática cartográfica vem redefinindo os engendramentos espaciais e sociais contemporâneos, através de rica exposição da distribuição espacial das experiências de mapeamento realizadas no Brasil nos últimos vinte anos. Em seguida temos a resenha do livro de David Harvey, *Rebel cities: from the Right to the City to the Urban Revolution*, por Raul da Silva Ventura Neto. O livro busca a compreensão do capitalismo contemporâneo através do desnudamento das estruturas definidoras do processo contraditório de urbanização, realçando sua relação com as revoltas urbanas recentes em todo o mundo.

Por fim, cabe lembrar que a chamada temática “*Cidade, Espetacularização e os Grandes Projetos*” superou, e muito, as expectativas de seus editores quanto ao número de contribuições recebidas, o que sinaliza a importância atribuída a esse objeto de reflexão e justifica a sua publicação em dois volumes. Os artigos que foram aprovados no processo de análise por pareceristas da revista e retornaram revisados pelos autores não couberam num só número e, assim, esta coletânea continua no próximo número da RBEUR.

Carlos Brandão

*Editor Responsável*

Fernanda Sánchez

*Editora Assistente e Editora convidada do núcleo temático*

Márcio Valença

*Editor convidado do núcleo temático*